



**ST20. LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA
MÉTODOS E REPRESENTAÇÕES**

1351

**A BUSCA DA IDENTIDADE PARAIBANA NA OBRA DE EUDÉSIA VIEIRA:
“TERRA DOS TABAJARAS”¹**

Dra. Luíra Freire Monteiro²

Ac. Viviane de Fátima Aquino³

Departamento de História, Centro de Educação, Campus I - UEPB

Resumo: A narrativa de uma história especificamente paraibana, ligada sempre aos grandes momentos da história nacional, forjada no âmbito do IHGP, nos legou o conceito de **paraibanidade**, como uma especificidade capaz de coligar os naturais do estado, e que foi naturalizada ao longo do século XX, ensejando a compreensão de que os paraibanos, em si, detêm peculiaridades capazes de definir sua identidade como um povo único. Nossa proposta de pesquisa se dispôs a investigar como tal entendimento foi produzido, no contexto da obra “Terra dos Tabajaras”, da médica paraibana Eudésia Vieira. Com tal fito, objetivamos identificar as estratégias narrativas daquela historiadora, no sentido de entender em que consiste a singularidade da identidade paraibana, e quais os recursos retóricos utilizados nessa construção identitária. Para tanto, norteamos nossos procedimentos a partir das indicações dadas por Margarida Dias em seu estudo sobre a construção da historiografia local. A busca pela compreensão do histórico na sociedade paraibana, pelas formas que o passado foi utilizado em determinado tempo e espaço, que significados ele teve em determinados momentos, quais os interesses políticos e culturais e os projetos de futuro daquela historiadora constituem, também, os objetivos da pesquisa, que se justifica ante o escasso número de obras e autores que se voltaram à análise da historiografia local como campo de pesquisa, sobretudo dentro da temática da criação identitária.

Palavras-chave: Historiografia Paraibana. Identidade. Eudésia Vieira.

¹ A temática deste artigo integra o projeto de Iniciação científica da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado “Arquitetura da paraibanidade: recursos retóricos dos historiadores paraibanos na construção da identidade local”, de autoria da Dra. Luíra Freire Monteiro, membro efetivo do Departamento de História daquela instituição.

² Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBIC/CNPQ. Email: luirafreire@oi.com.br

³ Graduanda do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Membro integrante do Projeto PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Email: viviane.f.aquino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em *terras dos Tabajaras*, obra de cunho didático, publicada em 1955, na cidade de João Pessoa, a médica e educadora Eudésia Vieira expressou seu olhar de historiadora ao construir uma história da Paraíba, verdadeira biografia do lugar, marcada por análises sobre o social, o cultural e, principalmente, o político da Paraíba. Apaixonada por seu estado, e pela história de seu passado, Vieira dedicou-se em uma profunda pesquisa histórica, e produziu uma das mais importantes obras sobre a história local.

O objetivo do nosso trabalho é, por conseguinte, analisar as estratégias narrativas presentes no discurso da médica paraibana Eudésia Vieira, referentes aos aspectos que compõe a dita “paraibanidade”. Esta marca identitária, arquitetada no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, propunha a forjano de uma história especificadamente paraibana, ensaiando a compreensão de que os paraibanos, em si, possuem particularidades capazes de definir sua identidade como povo único. Nosso esforço se concentra na compreensão de como se deu essa produção na obra *Terra dos Tabajaras*. Com tal fito, buscaremos compreender em que se consiste a singularidade da identidade paraibana, e quais os recursos retóricos utilizados nessa construção identitária. Para tanto, norteamos nossos procedimentos a partir das indicações dadas por Dias (1996) em seu estudo sobre a construção da historiografia local.

1352

A CRIAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE UM TIPO ÚNICO

Após sua independência, o Brasil precisava construir uma história desvinculada de seu passado sujeito à coroa portuguesa. Para isso, havia a necessidade de uma indução de identidade. Após a colônia emancipada, havia a obrigação de: “criar o Estado, organizar a Nação, retirar-la do colonialismo, absolutismo, mercantilismo... conferindo-lhe um nome” (LANNI, 1987 p.6). Para suprir tal dilema, presente na construção da identidade do Estado Nação brasileiro, criam-se no Brasil, instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de catalogar fontes históricas suficientes para a construção de uma história nacional, “marcando a passagem de um Brasil sem história para um Brasil com história” (DIAS, 1996 p.29). Procurava-se também, apresentar uma Nação repleta de semelhanças históricas, apesar das variadas divergências culturais, sociais, políticas e econômicas, presentes entre as regiões do país.

O IHGB, com o objetivo de buscar uma identidade nacional, se propôs a analisar o passado e seus acontecimentos históricos, com a tentativa de buscar símbolos e movimentos que trouxessem características que servissem para a propagação de uma especificidade nacional. Para Stuart Hall, a ideia de identidade nacional é passada às pessoas como algo natural, e alguns pontos são destacados por ele, que acredita definir a identidade de um povo. Um deles seria a narrativa da nação, onde juntamente a variados símbolos e a ênfase nas origens, cria-se uma tradição que perpassa o tempo e permanece nas mentes das pessoas. Forma-se com isso, a ideia de que a origem se deu como um

passado puro, e o Estado nacional, procura nesse passado “glorioso”, certo refúgio (HALL, 2005).

Com a influência do IHGB, passaram a surgir no país institutos históricos e geográficos locais. Cria-se, porém, em 1905 na Paraíba, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que semelhante ao IHGB, seus fundadores propuseram e demarcaram a “passagem de uma Paraíba sem história, para uma Paraíba com história e escrita por paraibanos” (DIAS, 1996 p.36, uma vez que se encontrava sobre a história da Paraíba apenas crônicas ligadas a história de Pernambuco, e a do Brasil. Inicia-se a partir daí, uma tentativa desta instituição de construir uma história paraibana que não fosse anexa da história nacional ou vinculada à pernambucana. A historiografia formada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como principal ideia para consolidar seu objetivo, especificar o ser humano a qual se identifica como paraibano.

Esta dita especificidade do ser paraibano, constituída por sua diferente personalidade, é chamada pelos historiadores do IHGP de “paraibanidade”, cujo termo por sua vez, se constitui e se consolida por alguns aspectos que estão presentes em todo o processo histórico que fundou a Paraíba. Para destacarmos as principais características que compõe tal paraibanidade, utilizaremos as abordagens realizadas pela autora paraibana Eudésia Vieira em seu livro *Terras dos Tabajaras*, onde, poderemos verificar e analisar alguns discursos que enfatizam as especificidades dos agentes históricos paraibanos.

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE VIEIRA- O ACORDO DE PAZ

O trabalho de VIEIRA repete a fórmula de tantos outros, oriundos do IHGP, ao biografar a Paraíba. Nossa afirmativa se baseia no arcabouço de sua narrativa, que se inicia com o “descobrimento” do Brasil, em 1500, por Pedro Álvares Cabral, e a criação, por determinação real, de um novo território, dividido em grandes capitanias hereditárias. Exordialmente, VIEIRA mostra-se incapaz de maiores críticas à inserção dos europeus no território americano, tomando este acontecimento, assim como seus desdobramentos, como se fosse algo dado, sem analisar os impactos decorrentes desse ato sobre a natureza ou as sociedades pré-existentes.

Sua narrativa é firme ao narrar a desvinculação do território da capitania de Itamaracá, cujo donatário, Pero Lopes de Sousa, pouco se dedicou aos seus cuidados. Depois da morte do mesmo, a capitania foi entregue a sua filha, que ficou responsável pelo progresso das terras. O massacre ocorrido em Tracunhaem em 1574 e a demasiada exploração dos franceses ocorridos na região, fez com que o então rei de Portugal, D. Sebastião, ordenasse ao governador- geral que submetesse os índios e colonizasse a capitania da Paraíba, expulsando os invasores. No entanto, a resistência dos índios da região, denominados de “selvagens” pela autora, fez com que tal colonização se tornasse um processo longo e com bastante conflito. Aqui destacamos o quanto o olhar da historiadora era impregnado de uma visão eurocêntrica, indelevelmente marcada pela certeza de que os habitantes da América eram inferiores aos europeus, o que nos remete ao fatalismo da historiografia brasileira oitocentista e seu dualismo entre civilizados e

bárbaros. Sendo a Paraíba a terra dos selvagens Tabajaras, podemos entender que a paraibanidade tem certo aporte na selvageria identificada por VIEIRA, embora – com toda certeza – aquela autora sequer o tenha notado

Além do problema da resistência exercida pelos povos nativos da região a ser ocupada, especificadamente os tabajaras, os colonos portugueses enfrentaram problemas com as invasões de outras potências europeias, especificamente os franceses, que vinham em busca de pau-brasil. No entanto, a província paraibana, enquanto estava sob o domínio espanhol, no período na união ibérica, recebeu muitas expedições de auxílio para o domínio sobre os nativos resistentes. Os recorrentes conflitos cansavam cada vez mais os colonos e os Tabajaras, que tinham em seu comando o Cacique Piragibe. Os conflitos que ocorriam no processo da conquista do território paraibano só findaram com o acordo de paz estabelecido pelo chefe indígena Piragibe, e o colonizador português João Tavares.

Deste modo, um dos principais aspectos que compõem a dita especificidade do ser paraibano, constituindo a tão buscada paraibanidade, é o da origem de sua sociedade, onde, diferente das demais, nascera dos tratados de paz exercidos no percurso da história, e não através de guerras, onde tal afirmativa pode ser notada no discurso de Eudésia Vieira

Prestes a seguir, chegaram a Pernambuco em julho do mesmo ano, dois índios emissários do chefe Piragibe, que tratado afrontosamente pelos potiguares, por supô-lo traidor, propunha a paz... Prontamente atendeu Martim Leitão ao seu apelo, fazendo vir ao encontro do chefe tabajara o capitão João Tavares, sobejamente como seu ânimo valoroso e espírito conciliador... Tão bem se ouve o capitão João Tavares que em cinco de agosto, dia de N. Senhora das Neves, estava concluída a paz e celebrada a aliança dos portugueses e tabajaras...(VIEIRA, 1955, P. 21, 22)

Desta forma, podemos considerar que, o acordo estabelecido entre os personagens citados, tornou a conquista da Paraíba um momento único na história do estado, como afirma Margarida Dias: “Quase como predestinado, fez do ato de ocupação do que viria a ser a Paraíba, um momento singular, nascido da paz”(1996, P. 52, 53). Podem ser observados ainda no trabalho de Vieira, outros destaques referentes ao discurso que enfatiza o acordo de paz como meio percussor para relativos progressos na Província, desta vez, acordo estabelecido com os povos potiguaras, momentos depois do início da colonização e do acordo inicial com os tabajaras

Tratou Jerônimo de Albuquerque de estabelecer as pazes com os terríveis índios potiguaras, tomando como intermediário Ilha Grande, que estava prisioneiro, este exercia influência sobre as aldeias potiguaras...A seu convite zorobabé e Pau-Seco, dois chefes indígenas compareceram diante de Jerônimo de Albuquerque ajustando-se cordialmente o tratado de paz... Esta data assinala o progresso do Brasil colonial e marca uma nova era de paz e prosperidade para o Rio Grande do Norte e a Paraíba. (VIEIRA, 1955, p. 31)

Notamos então, que os acordos de paz estabelecidos entre personagens históricos, durante todo o processo da conquista da província Paraíba, trouxeram relativos progressos à formação da sociedade e fizeram com que a mesma se distinguisse das demais, vista como pacífica, ao mesmo tempo em que se encontrava beligerante. Com esse enredo, VIEIRA demonstra que a Paraíba é fruto da junção de dois povos, um civilizado e outro selvagem, cuja união a partir da pacificação ensejou um novo lugar e um novo povo.

A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE COMO MARCO DE UMA CIVILIZAÇÃO ESPECÍFICA

1355

Depois de firmada a paz entre os portugueses e os abajaras, no dia cinco de agosto de 1585, dia dedicado a N. Senhora das Neves, ficou demarcada nesta data, a concretizada conquista da Paraíba, terminando assim, o longo período que foi constituído por guerras entre os dois grupos já citados. A partir deste evento, segundo Eudésia Vieira, houve a preocupação por parte dos colonos e dos abajaras de encontrarem um lugar apropriado para a construção da nova cidade, que recebeu de início, o nome que homenageava a referida santa, e o rei da Espanha, assim, a cidade foi chamada de Filipéia de N. Senhora das Neves, uma vez que, nesse período, o Brasil vivia sob o contexto da união ibérica.

Vale ressaltar que, como foi dito anteriormente, o processo de colonização da Paraíba se deu na temporada da União Ibérica, no entanto, uma das observações que podemos fazer em relação a esse período, é a falta de relatos na historiografia paraibana sobre a existência de colonizadores espanhóis. Igualmente a outros historiadores da província paraibana, Vieira não se refere aos espanhóis nesse período da conquista do território paraibano. Contudo, não sabemos o motivo da preferência dos historiadores a enfatizar apenas os colonizadores portugueses nesse processo.

Ao narrar essa “criação” da cidade, infere-se que nossa historiadora, mais uma vez, aceitou como natural essa superposição de valores do europeu sobre os dos naturais do lugar, que o nominavam como Paraíba, ou “Rio de águas turvas”. A nomeação de lugares com o nome do santo do dia foi prática recorrente da colonização ibérica, que impulsionava o catolicismo sobre as demais práticas religiosas existentes.

O local escolhido foi o mesmo onde houve o referido acordo de paz, em uma colina nas margens do rio Sanhauá. Começa então, a formação da nascente vila, onde as primeiras construções foram ministradas Pelo pedreiro Manuel Fernandes, iniciando pela capela, e vindo depois, grupos que constituíram a nascente sociedade paraibana. Guiados por Martim Leitão, vieram soldados, padres, e outros componentes que trabalharam pelo progresso da cidade, segundo a autora. A construção da cidade neste caso, é considerada marco inicial para a formação da nascente sociedade paraibana, como de forma semelhante afirma Renina Célia Gonçalves: “A cidade da Filipéia, depois Paraíba do Norte é o berço da civilização que, ao longo das décadas se seguiram, conquistaria o resto do território” (GONÇALVES, 2007 p. 28).

Após este pequeno enredo exposto sobre o início da formação da cidade, baseado na discussão realizada por Eudésia Vieira, cabe ressaltar que, diferente de muitos historiadores, a autora não enfatiza a construção da capital da província paraibana como estratégia de segurança para a capitania de Pernambuco, que obtinha o maior destaque econômico nesse período. A autora se preocupa apenas em relatar como se deu o processo da construção da cidade, e não as relações de interesses envolvidas neste movimento.

A PARAÍBA FOI OU NÃO UM APÊNDICE DE PERNAMBUCO?

1356

Como já foi dito, os historiadores fundadores do IHGP na busca de formar uma identidade paraibana, buscaram desvincular a história da Paraíba da nacional e principalmente da história pernambucana. Pois, o que se encontrava, eram pequenos relatos anexados as histórias da capitania vizinha, e desta forma, procuraram igualar a Paraíba a Pernambuco, mostrando a importância política e econômica que a Paraíba possuía ainda no período colonial. No entanto, esta tentativa, fez com que fossem destacadas reais dependências econômicas da província paraibana sob os “leões do Norte”, derivadas de fatores geográficos que contribuíram para tal sujeição, como afirma Margarida Dias:

A tentativa de colocar a Paraíba em igualdade com Pernambuco começa nesses detalhes, que revelam sem dúvida uma condição real de subordinação econômica que se iniciou com a ocupação do espaço territorial, no qual a Paraíba perdeu muito em possibilidades no desenvolvimento do comércio, visto que, geograficamente, o Sertão paraibano comunicava-se com mais facilidade com Pernambuco... (DIAS, 1996, p.53)

É compreensível que os fundadores do IHGP quisessem mostrar a real importância política e econômica que teve a capitania da Paraíba no período colonial, uma vez que, a capitania de Pernambuco, prioritariamente, tinha sua economia voltada para a plantação de cana-de-açúcar no seu litoral. E com isso, necessitava das produções de subsistência do Brejo e do Sertão paraibano, que escoavam constantemente para Recife.

No entanto, no discurso da historiadora análise, Eudésia Vieira, podemos notar que, houve uma dependência mútua entre as capitanias em questão, principalmente no que se diz respeito aos aspectos político e militar, uma vez que, nos variados conflitos que foram gerados pela resistência indígena e os demais ocorridos na província, no processo da conquista do território paraibano, houve várias expedições vindas de Pernambuco com o intuito de ajudar os colonos neste processo. Da mesma forma, houve ajudas de paraibanos nas variadas revoluções que ocorreram na capitania pernambucana no período colonial e imperial, como a de 1817 e 1848. Podemos observar aqui alguns exemplos:

Os revolucionários da Paraíba, dirigidos por Félix Antônio, foram auxiliar os seus correligionários pernambucanos chegando até Goiana. Ao mesmo tempo, Estevão Carneiro da Cunha seguia com uma tropa, a fim de auxiliar os sitiados de Recife. (VIEIRA, 1955, p.68,69)

Reunindo as tribos paraibanas aos franceses, restabeleceu o Sítio do forte S. Felipe e S. Tiago. Pretendia tomá-lo e depois marchar contra Itamaracá e Olinda. Pediu os colonos auxílio urgente a Pernambuco. (VIEIRA, 1955, p. 20,21)

Além de demonstrar essa dependência mútua, no que se diz respeito ao aspecto político-militar, entre essas duas capitanias, Eudésia Vieira cita também, certa dependência econômica da capitania paraibana a de Pernambuco. Tal dependência, como já foi dito neste trabalho, foi bastante incumbida pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, no intuito de procurar igualar a Paraíba à capitania vizinha, principalmente neste aspecto, onde a Paraíba possuía certa importância econômica com o progresso que possuía a cultura de seu Sertão e seu Brejo. Vale ressaltar que, essa ideia do IHGP de invocar uma Paraíba autônoma, independente de Pernambuco, escondia o que Regina Célia vai chamar de “identidade de negócio”, que se caracterizava pelas relações econômicas desenvolvidas pelas elites de ambas as capitanias desde as origens: “o cativo de índio e a agromanufatura açucareira” (GONÇALVES, 2007 p.29). Outro exemplo de dependência econômica da Paraíba pode ser notado na citação abaixo:

Veio depois João Fernandes Vieira assumir o governo de Paraíba, tendo se empossado a 12 de fevereiro de 1655. Achou em tal penúria a capitania, que teve de recorrer à coroa, determinando esta que por se achar a Paraíba desprovida de moradores e comércio, fosse amparada em tudo e provida pela capitania de Pernambuco até que nela houvesse rendas. (VIEIRA, 1955, p.50)

No entanto, a citação retrata claramente um período onde a Paraíba se encontrava em más condições econômicas, isso, no início de sua sociedade, e realmente precisava da capitania de Pernambuco, enquanto se restaurasse em população e comércio.

Tendo em vista que o IHGP tinha como objetivo buscar uma identidade para a Paraíba que a diferenciasse das demais capitanias, tornando-a única. Esse anseio era buscado também pelas elites que se preocupavam com a política e com a economia que circulavam no fim do século XIX, e a esse grupo “interessava a confecção de uma identidade nordestina aos interesses políticos históricos locais que cabia a composição de uma identidade paraibana”(DIAS, 1996, P.54). E para isso, era necessária principalmente, a desvinculação histórica da Paraíba a Pernambuco, para que assim, pudesse ser construída sua própria história, algo que não fosse um anexo da história da capitania vizinha.

A BRAVURA E A RESISTÊNCIA COMO ASPECTOS SINGULARES DE UMA IDENTIDADE

Como mencionamos, alguns aspectos compõem a dita paraibandade, feitos que, faz do paraibano um ser único, pertencente a uma diferente conjuntura histórica. Referente a isto, já foi citado aqui por nós, a formação da sociedade paraibana, que se diferenciou das demais pelo fato de ter nascido da paz, como conta a historiografia, a construção da cidade como marco da formação desta sociedade, e a busca de sua desvinculação histórica com Pernambuco, constituindo assim, uma identidade própria. Cabe a nós, ressaltarmos também, mais dois dos principais aspectos que, a nosso ver, enfatizam e contribuem ainda mais para a consolidação dessa especificidade do ser paraibano. A sua bravura, e sua resistência.

Segundo Margarida Dias, no período da invasão holandesa aqui no Brasil, cujo momento, a capitania de Pernambuco se encontrava em pleno vigor econômico, devido ao comércio da cana-de-açúcar no Litoral, a mesma se tornou alvo fácil para os batavos. Tendo sobrado para capitania da Paraíba, a resistência aos mesmos. É neste período, que a Paraíba vai se destacar na história por tamanha aversão à invasão dos holandeses. Como temos por base para as análises aqui propostas, a discussão feita por Eudésia Vieira em seu livro *Terras dos Tabajaras*, podemos observar como a autora enfoca tais aspectos que constituem a dita paraibanidade. “A Paraíba desempenhou-se com admirável heroísmo na primeira tentativa de invasão holandesa” (VIEIRA, 1955, p.35). “Entretanto, Antônio e Francisco Peres Calhau heróis cem por cento, numa lancha forrada de couro, resolvem no dia 14 com o sacrifício da própria vida, levar provisões aos lutadores sitiados” (VIEIRA, 1955, p. 42)

Com base nas citações acima, podemos afirmar que, a autora opta por conferir o heroísmo nos personagens paraibanos, agentes dessas resistências aos invasores vindos da Holanda. Fazendo com que desta forma, suas análises impliquem numa Paraíba caracterizada por seu caráter pacífico, mas sempre atribuída à bravura. Bravura esta que se reforçou também em outros períodos da história, como o Império e a República. Esta intrepidez serviu de meio para influenciar na busca da especificidade paraibana, servindo de combustível para a consolidação do sentimento de paraibanidade.

No que se diz respeito à participação da Paraíba no processo da independência e da república aqui no Brasil, percebemos que o primeiro processo recebe uma reação diferente na capitania, em relação aos demais colonos presentes na nação. Segundo a autora, a capitania se mostra solidária a nova ordem estabelecida:

Regressando D. João a Portugal, deixara o seu filho D. Pedro, como regente do Brasil, essa decisão tanto desagradou Portugal, como os elementos portugueses domiciliados em nossa terra, começaram a se empenhar para que não se reconhecesse a autoridade do príncipe regente. A Paraíba então hipotecou sua absoluta solidariedade a D. Pedro, endereçando-lhe... uma importante moção, na qual o reconhecia como única e legítima autoridade...(VIEIRA, 1955, p.84)

Porém, referente a esse mesmo período, Vieira relata a contestação de um contingente da sociedade para com uma lei estabelecida, que ocasionou um dos mais conhecidos movimentos de cunho popular da região, a sedição do Quebra Quilos,

acorrída entre 1874 e 1875. Em relação a este movimento, que tem sua base de ações ocorrida na Paraíba, mas que também se propagou nas demais províncias vizinhas, a autora faz apenas um pequeno relato do ocorrido, explicitando apenas seu contexto histórico e suas consequências. Deixando de lado as causas que levaram a população a executar tal movimentação, considerada por nós, digna de credibilidade histórica.

A mesma faz uso de expressões consideradas aqui preconceituosas em relação aos agentes deste movimento, como: “bandos indisciplinados” reproduzindo assim, um discurso semelhante aos de muitos historiadores que explicitaram sobre o tema, como é analisado por Luciano Mendonça de Lima em seu trabalho: *Derramando susto: Os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande* (2006), onde o autor faz uma análise da historiografia referente ao tema, e nota que apesar dos autores analisados veem a causa do movimento de uma forma distinta, todos tratam o mesmo como gerado sem bases ideológicas, e por rústicos desorganizados.

Sobre o período de instituição da República, a autora afirma que após algumas revoluções ocorridas no país, com ideologias republicanas sendo expandidas rapidamente por todas as províncias com a ajuda da propaganda da época, foram essas ideias muito bem recebidas pelos paraibanos, que, mesmo não tendo dado uma ênfase propícia ao movimento, foram bastante receptivos a esses ideais, possuindo alguns importantes agentes que contribuíram para propagação desta mudança de regime:

A Paraíba, conquanto, jamais fosse uma sede ativa de propaganda republicana, todavia, nunca se mostrou refratária, aceitando a república com simpatia logo que recebeu a notícia da proclamação, na tarde de 15 de novembro. Muitos paraibanos ilustres residentes noutros pontos do Brasil cooperaram eficientemente para extinguir a última monarquia americana ainda existente. (VIEIRA, 1955, p.86)

A consolidação da proclamação da república é vista como um caminho traçado pela Paraíba, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praeira são trabalhadas pelo IHGP como não sendo apenas conflagrações pernambucanas, mas sim, com uma intensiva participação de contingentes paraibanos, sem falar na Revolução de 30. Onde esses movimentos caracterizam a Paraíba como sendo liberal e resistente desde os primórdios, uma vez que a mesma não se sujeitou as ordens estabelecidas do império, constituindo assim uma distinção para com as demais províncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia da “paraibanidade” empregada pelo IHGP se faz entender um tipo específico de ser, e de sociedade que se diferencia das demais devido sua afeição para a paz, sua resistência, sua bravura e vocação republicana. No discurso de Eudésia Vieira, em “Terras dos tabajaras”, tivemos a oportunidade de observar como esses aspectos destacados por Margarida Maria Dias realmente estão presentes na construção identitária deste povo.

A questão que se pode fazer em relação ao enfoque dado a esses adjetivos é se este tipo de retórica adotada pela autora, que enfatiza o heroísmo e demais qualidades nos agentes históricos paraibanos, é usado pela mesma no intuito de atender um tipo de historiografia determinada pela época, que buscava na história símbolos e ritmos que servissem de composição para a formação de uma identidade, ou surge de uma escolha própria, com objetivo de engrandecer seu povo e lugar de origem.

Contudo, esta tão buscada “paraibanidade”, a nosso ver, se consolida cada vez mais, não apenas a partir de adjetivos que foram empregados a personagens históricos que formaram a sociedade paraibana, mas sim, através de cada sentimento de pertencimento a um grupo de pessoas que ainda se afirma como diferente, embora essa diferença seja baseada em um “passado glorioso” com diz Hall, ela é ainda enfatizada e vivenciada no cotidiano de muitos paraibanos, que são vistos, e se veem como verdadeiros “cabras da peste”, pertencentes a uma “nação” forte e imorredora, ou como preferiu Luiz Gonzaga, uma “Paraíba masculina, mulé macho sim sinhô”.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine**: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa, 1996.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. **A produção e a comercialização de mercadorias no brejo da Parahyba do Norte (1793-1883)**. UFPB, João Pessoa, 2008.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós- modernidade**. 10 Ed. Rio de Janeiro, 2005.

LANNI, Octávio. **A questão nacional na América Latina**. São Paulo, 1987.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramamento de susto**: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade**: Portugal e portugueses na narrativa historiográfica brasileira. Tese de doutorado em História: Universidade de Coimbra, 2012.

VIEIRA, Eudésia de Carvalho. **Terras dos tabajaras**. Editora: Teone S. A. João Pessoa, 1955.